

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO DO DISTRITO DE ENGENHEIRO CORRÊA EM OURO PRETO¹

Tarcísio de Souza GASPAR*

Resumo: Este artigo investiga a história, a memória social e o acervo patrimonial relacionado a Engenheiro Corrêa, distrito rural da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Assim como a maior parte dos povoados dispostos ao redor da cidade, a localidade teve surgimento em fins do século XVII ou princípios da centúria seguinte, como produto da ocupação demográfica que deu origem a Minas. Objetivou-se avaliar a inserção do distrito no processo histórico de Minas, as peculiaridades de seu desenvolvimento local e o legado patrimonial e memorialístico ali existente.

Palavras-chave: Engenheiro Corrêa. Santo Antônio do Monte. História, Memória e Patrimônio.

HISTORY, MEMORY AND THE HERITAGE OF ENGENHEIRO CORREA, A RURAL DISTRICT IN OURO PRETO CITY

Abstract: This article investigates the history, social memory and heritage of Engenheiro Correa, a rural district in Ouro Preto city, in the State of Minas Gerais. Like most of the settlements arranged around the city, this location emerged in the late 17th century or the beginning of the following century; a result of the demographic occupation which resulted in the State of Minas Gerais. We evaluate the insertion of this district into the historical process of Minas; the peculiarities of its local development, and its existing heritage and memorial legacy.

Keywords: Engenheiro Correa. Santo Antonio do Monte. History. Memory and Heritage.

Engenheiro Corrêa situa-se a 25 km de Ouro Preto e constitui um dos doze distritos rurais vinculados ao município. Tendo sido parte do inventário patrimonial de Ouro Preto, a localidade teve sua história e seu patrimônio cultural pesquisados no âmbito da Lei *Robin Hood*, válida no Estado de Minas Gerais. Assim como a maior parte dos povoados dispostos ao redor da cidade, o distrito surgiu em fins do século XVII ou princípios da centúria

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo – USP – Av. Professor Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária, São Paulo. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. E-mail: tarcisio.gaspar@gmail.com

seguinte, como produto da ocupação demográfica que deu origem a Minas Gerais. Este artigo investiga a história, a memória social e o acervo patrimonial relacionado a Engenheiro Corrêa, a fim de avaliar a sua inserção no processo histórico de Minas Gerais, as peculiaridades de seu desenvolvimento local e o legado patrimonial e memorialístico ali existente.

Lei Robin Hood e pesquisa histórica

Este trabalho resulta de pesquisa realizada entre os anos de 2008-09, vinculada ao Inventário do Patrimônio Cultural da Cidade de Ouro Preto, em trabalho executado no âmbito da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano (SMPDU) da Prefeitura de Ouro Preto. A pesquisa destinava-se à elaboração de inventários, que seriam submetidos ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), como parte das ações prescritas na Lei *Robin Hood*, com validade no Estado de Minas Gerais desde 1996.² Esta lei estipulou o repasse de recursos oriundos da cota-parte do ICMS aos municípios mineiros que executassem ações de proteção e de preservação patrimonial, produzissem inventários de pesquisa e promovessem projetos na área de educação patrimonial. Desde a implantação do “ICMS/cultural”, Ouro Preto destacou-se como uma das municipalidades estaduais que mais recursos recebeu da linha de fomento (BIONDINI & STARLING & SOUZA, 2010). Em meados de 2008, a SMPDU contava, para a produção de inventários, com uma equipe exclusiva de três profissionais: um arquiteto, um pesquisador assistente e um historiador, responsáveis pela feitura de pesquisas relativas a quatro distritos rurais (Santa Rita, Santo Antônio do Leite, Engenheiro Corrêa e Amarantina).³ Ao final de um ano de trabalho, foram produzidos cinco volumes, somando mais de duas mil páginas, contendo inventários de bens móveis e imóveis de natureza patrimonial. O trabalho abrangeu as seguintes categorias: Acervo Urbano, Acervo Rural, Sítios Arqueológicos e Históricos, Sítios Naturais e Arquivos. Além disso, produziram-se seções destinadas à discussão teórico-metodológica do trabalho e à análise histórica de cada um dos distritos estudados.⁴

A pesquisa histórica acerca do distrito de Engenheiro Corrêa deu-se em duas etapas. Primeiramente, realizaram-se a visitação, o levantamento de campo e a seleção dos objetos de estudo. Por meio da visitação a casas, igrejas, fazendas, sítios arqueológicos e paisagísticos, ruínas e arquivos, foi possível conhecer, dimensionar e selecionar um conjunto de bens patrimoniais pertinente à elaboração dos inventários. Adotaram-se critérios de seleção que levassem em conta aspectos culturais, sociológicos, históricos e arquitetônicos presentes no meio pesquisado. De forma geral, é possível dizer que as

histórias de bens patrimoniais de fundo *monumental* – tais como grandes fazendas, igrejas e casarões coloniais, quase sempre pertencentes ou vinculados a grupos sociais dominantes – dividiram espaço com narrativas de fundo popular, que, não obstante, representaram dados culturais fundamentais para a história local.

Após a seleção, o levantamento de campo distinguiu-se pela visita aos bens patrimoniais. Permitindo a observação *in locu* de características arquitetônicas, sociais e antropológicas, a visita ainda ensejou o contato com moradores e responsáveis, o que possibilitou a realização de entrevistas e o recolhimento de relatos orais a respeito da trajetória de pessoas, de famílias e da própria sociedade local. Parte da investigação histórica consumiu-se, portanto, no contato direto com a realidade do distrito, com sua população e com seu cotidiano, recorrendo-se, sobretudo, à feitura de entrevistas e/ou ao recolhimento de relatos orais junto aos moradores.

A outra vertente de pesquisa aconteceu em arquivos, bibliotecas e centros de memória diversos. A pesquisa documental e bibliográfica ocorreu simultaneamente aos exercícios de história oral e permitiu o seu contraponto e complemento. As entrevistas, por seu turno, permitiram a coleta de informações cadastrais, patrimoniais e históricas. Além disso, realizou-se o registro fotográfico de instalações, de espaços, de pessoas, de imagens e de fotografias, de documentos e de mais itens de teor histórico-documental interligados aos patrimônios.

O trabalho de história oral caracterizou-se pelos seguintes procedimentos. No caso de edificações residenciais, foram realizadas entrevistas com os proprietários dos bens e/ou com seus moradores mais antigos. Optou-se pelo livre registro escrito das informações recolhidas, sem a captura audiovisual das entrevistas, já que tal prática – salutar para trabalho que se desejasse mais complexo do ponto de vista científico – demandaria esforço inviável de trabalho, diante do volume de entrevistas necessárias, que teriam de ser registradas em tempo exíguo e, em todo caso, com respaldos técnicos e institucionais limitados.

Eis uma fragilidade científica do trabalho desenvolvido no âmbito do “ICMS/Cultural”, capaz de explicitar as contradições do *lugar* onde se originou a “operação historiográfica” aqui relatada (CERTEAU, 2002, p. 65-119). Na medida em que o roteiro prescrito pelo IEPHA/MG preconiza a obtenção de dados históricos e arquitetônicos sumários dos bens inventariados, valorizados quantitativamente, no intuito de *catalogação e inventariação patrimonial*, a pesquisa histórica tende a concentrar-se, sob pressões diversas, em narrativas mais ou menos positivadas ou factuais, virtualmente distantes da história-problema, proposta pelos *Annales* (LE GOFF, 1993). Também contribui para tal fragilidade o fato de que a noção de patrimônio partilhada, muitas vezes, pelas unidades municipais responsáveis prende-se à ótica arquitetônica de tipo tradicional, herança intelectual que

remonta, no caso de Minas Gerais, à fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936, e à sua ênfase no tombamento e na *patrimonialização* de exemplares monumentais do passado colonial, entendidos como objetos artístico-arquitetônicos, em geral oriundos das classes mais abastadas da sociedade mineira, conforme a lógica elitista do significado patrimonial, hegemônica no Brasil até, pelo menos, a década de 1970 (TOJI, 2009, p. 13; PELEGRINI, 2006, p. 70; BO, 2003, p. 29). Embora a política patrimonial empreendida posteriormente pelo IPHAN, em nível nacional, tenha superado em muitos aspectos esta herança (VELHO, 2006, p. 237-248), em certos contextos locais parece haver maior resistência à mudança. Em Minas Gerais, a gestão dos patrimônios municipais continua a ser controlada, predominantemente, por arquitetos, mantendo-se incipiente a participação de profissionais oriundos das demais ciências humanas.

Diante de tais limitações, a investigação histórica privilegiou a obtenção de dados biográficos e familiares acerca da vida dos entrevistados, relacionando-os à trajetória histórica do distrito e da própria sociedade brasileira. Neste sentido, teve importância especial a conflituosa relação entre memória e história (LE GOFF, 1984, p. 11-49). Quatro tipologias de informação foram frequentemente relatadas nas entrevistas, confirmando o modelo proposto por Michel Pollak: 1- os acontecimentos vividos pessoalmente pelo entrevistado; 2- os acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade à qual pertence o entrevistado; 3- as *pessoas*, ou *personagens*, envolvidas nos acontecimentos; 4- os *lugares de memória* arraigados enquanto cenários das lembranças (POLLAK, 1992, p. 200-212).

A outra vertente de pesquisa ocorreu junto a arquivos documentais e bibliotecas. Esta atividade valeu, sobretudo, para o estudo do contexto e da evolução histórica do distrito e também para o desvendamento de trajetórias familiares e/ou individuais mais antigas ou de teor impessoal, tais como as igrejas e as fazendas dos séculos XVIII e XIX. Em todo caso, a pesquisa documental deu-se paralelamente aos exercícios de história oral, complementando-os e servindo de contraponto metodológico às entrevistas. A investigação primária pôde, por seu lado, angariar informações importantes e inéditas, que não poderiam advir do histórico oral.

Partiu-se do princípio de que a ideia de documento aproxima-se das noções de monumento e patrimônio. Documentos, monumentos e patrimônios possuem natureza social e, portanto, necessitam de análise crítica, a fim de se alcançar seus elementos propriamente históricos. Os documentos também constituem monumentos que trazem em si narrativas construídas, “falsificadas” e parciais acerca do passado. O valor histórico dos documentos, assim como dos monumentos, encontra-se explicitamente na natureza social, “forjada”, de seus conteúdos (LE GOFF, 1984, p. 95-106).

Historiografia e periodização

A produção historiográfica acerca de Engenheiro Corrêa é escassa. Sua trajetória foi relatada valendo-se de referências bibliográficas de fundo memorialístico, baseadas em relatos orais proferidos por moradores locais ou pessoas autorizadas. Entretanto, o distrito deixou muitos registros documentais. As fontes mais importantes estão lotadas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, que contém relevante acervo sobre a história da capela setecentista de Santo Antônio do Monte. Há, ainda, documentação coeva nos arquivos da Coleção da Casa dos Contos, no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Histórico Ultramarino. Igualmente, o Cartório de Paz de Engenheiro Corrêa mantém documentação de notas a partir de 1955, contendo os registros de compra e venda de propriedades, os registros de nascimento, casamento e óbito, além de procurações e mais documentos de origem cartorária.

A única produção bibliográfica a dedicar estudo acerca da história de Engenheiro Corrêa é o desprezioso e bem realizado livro *Ouro Preto Conta Ouro Preto: tradições da terra do ouro*, publicado em 1996. Escrito pela professora Solange Sabino Palazzi Fortes, como resultado de um projeto cultural que envolveu funcionários, professores e alunos da Escola Estadual Dom Pedro II, situada em Ouro Preto, o livro descreve as trajetórias históricas específicas dos distritos da cidade, com base em pesquisas de história oral e em relatos orais e memorialísticos, colhidos junto aos moradores locais (FORTES, 1996, p. 9). O livro apresenta um olhar analítico acerca da história de Engenheiro Corrêa, levantando temas tais como as tradições culturais, a formação econômica e alguns aspectos da história política do distrito.

A história de Engenheiro Corrêa pode ser dividida em quatro períodos distintos. Uma primeira etapa histórica remonta à metade inicial do século XVIII, momento de fundação da capela de Santo Antônio do Monte, em que a região foi desbravada e ocupada por mineradores, roceiros, fazendeiros e escravos. Este período estende-se até a primeira metade do século XIX, quando o núcleo minerador de Ouro Preto sofre redefinições econômicas, causadas pela decadência da atividade mineradora. Um segundo período histórico se desenrola ao longo do século XIX, com a proliferação, a partir dos núcleos primitivos, de pequenas fazendas espalhadas pela região de Santo Antônio do Monte e do ribeirão Sardinha. Em fins dos oitocentos, a fundação da Estação Ferroviária de Ribeirão Sardinha inicia a terceira etapa histórica. A estrada de ferro transformou as feições socioeconômicas do lugarejo. Durante a primeira metade do século XX, a região recebeu pequeno surto demográfico, propiciando a formação de um povoado e de um incipiente traçado urbano. Por fim, o quarto período desponta a partir da década de 1970, quando o

negócio ferroviário entra em crise, atingindo ponto culminante em fins do século XX, com o fechamento da Estação e o encerramento da linha ferroviária. A situação atual do distrito de Engenheiro Corrêa, resultante deste processo, ainda ecoa os efeitos depressivos causados pela ausência da ferrovia.

Os primórdios da ocupação e as primeiras construções (século XVIII)

A formação histórica do distrito iniciou-se nos primeiros anos do século XVIII, com a ocupação das Minas Gerais e do entorno de Ouro Preto, antiga Vila Rica. A localidade de Santo Antônio do Monte constitui o ponto de povoação mais antiga ao redor do atual distrito de Engenheiro Corrêa. Santo Antônio do Monte deve sua toponímia à capela homônima, que ainda hoje existe no lugar. A capela e o lugarejo são tesouros históricos esquecidos. Pouco se sabe acerca de sua origem e desenvolvimento históricos. Nem mesmo a memória oral dos moradores do distrito de Engenheiro Corrêa preservou informações relevantes. Este trabalho constitui, portanto, a primeira investigação histórica realizada acerca da povoação.

A capela de Santo Antônio do Monte é antiquíssima. Teve origem ainda na primeira metade do século XVIII, segundo atestam os registros paroquiais legados pela Freguesia de Cachoeira do Campo, depositados no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Possivelmente, sua fundação e entrada em funcionamento remontam à década de 1730. O primeiro registro documental remanescente data de 1735. Aos 24 dias do mês de maio deste ano, expediu-se na capela a certidão de óbito da menina Joana, filha de Pedro Morais. A 8 de julho, falecia José, escravo de Sebastião Lopes Barquá, residente no distrito de Santo Antônio do Monte.⁵ O registro de batismo mais antigo vem de 1744. A 1º de julho deste ano, o reverendo João Soares da Cunha derramou os santos óleos sobre o menino Antônio, filho de uma parda forra.⁶ Em 1748, ano de inauguração do bispado de Mariana, a capela de Santo Antônio do Monte encontrava-se sob a responsabilidade do capelão João Soares da Cunha (TRINDADE, 1945, p. 366). Documentos sobre a capela perduram por todo o século XVIII. Em 1789, por exemplo, realizou-se na ermida o batizado do menino Eugênio, “pardo forro”, filho natural de Anna, também parda forra, apadrinhado por Joaquim, tio do rebento.⁷

As pequenas capelas rurais proliferaram pela região das Minas Gerais, desde fins do século XVII, quando arrivistas e aventureiros esparramaram-se pelos sertões em busca de minas e/ou de campos propícios à utilização agro-pastoril. Os entornos de Vila Rica, formados por campos mais ou menos montanhosos, mas, ainda assim, agricultáveis, não estiveram alheios a este movimento. Datam dos primeiros vinte anos do século XVIII o

soerguimento de inúmeras capelas por seus arrabaldes e lugarejos rurais. Em geral, os sítios escolhidos para a fundação de capelas já detinham, previamente ao referencial religioso, importância geopolítica, seja por estarem interligados a rotas comerciais de abastecimento, seja por constituírem núcleos de produção agro-pastoril ou mineradora (ANDRADE, 2007, p. 151-166).



Imagens 1, 2, 3 e 4 - Capela de Santo Antônio do Monte. Autoria: Bruno Tropia Caldas, 2008. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 29)

Engrenagem importante da colonização, a fabricação de capelas apenas secundariamente obedecia à devoção religiosa. Também entravam em conta outros fatores, tais como a demarcação de territórios; a instituição e a representatividade dos poderes locais; e a “domesticação” do espaço e de grupos sociais potencialmente rebeldes, como índios e escravos, incorporados aos ritos da cristandade católica portuguesa. Na sociedade setecentista de Minas Gerais, presa aos padrões do *Antigo Regime*, a instituição de templos ratificava, ainda, o ideal corporativo de poder, peça fundamental da mentalidade política luso-brasileira até a segunda metade do século XVIII (XAVIER & HESPANHA, 1993, p. 169-182). As capelas significavam instrumento de poder nas mãos de seus construtores e mantenedores. A figura do patrono ou potentado, em geral um abastado senhor de terras e de escravos, ganhava destaque na medida em que, por meio dos rituais religiosos ocorridos em *seu* templo, transmitia determinadas imagens de sobrançeria simbólica e política, que reafirmavam, por sua vez, os laços de subordinação e dominação pessoais inerentes ao poder clientelístico e senhorial. Segundo o historiador Francisco Eduardo de Andrade,

[...] o ritual mais costumeiro da missa assumia um papel político de disciplinar as vontades dos assistentes, angariar respeito para os poderosos e conferir autoridade. [...] O espaço cênico e a teatralidade ritual dos gestos e da linguagem durante o ofício divino deviam agir no mesmo sentido *persuasivo* e, dependendo do entendimento rude dos escravos, por exemplo, segundo alguns missionários, dobrar as resistências através das imagens expressivas de piedade religiosa. (ANDRADE, 2007, p. 154).

Daí a ênfase concedida aos ritos que acentuavam aspectos exteriores da religião, como o paramento dos templos, as festas e as procissões religiosas.⁸ Já no século XVIII, festividades instituíram-se ao redor de capelas rurais ouro-pretanas, como no caso da festa de São Gonçalo e Cavalhadas, no distrito de Amarantina (GASPAR, 2010, p. 60). Sofrendo transformações ao longo do tempo, muitos cerimoniais coevos persistiram. A festa de Santo Antônio, precedida por procissão que vence o tortuoso morro no cume do qual se situa a capela, mantém-se até nossos dias, conformando-se à prática reiterada nas demais capelas rurais setecentistas de Ouro Preto, detentoras de oragos católicos celebrados por intermédio de procissões e festividades anuais, como exemplificam as cerimônias ligadas às igrejas das Mercês, em São Bartolomeu, e de Santa Rita, no distrito homônimo.



Imagens 5, 6, 7 e 8 - Procissão e Festa de Santo Antônio, na capela de Santo Antônio do Monte, distrito de Engenheiro Corrêa, Ouro Preto. Autoria: Bruno Tropia Caldas, 2008. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 304-08)

Vinculada à Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, Freguesia de Cachoeira do Campo, a Capela de Santo Antônio do Monte abrigava casamentos e batismos, e concedia extrema-unção aos moribundos, atendendo aos moradores fixados entre o arraial de Cachoeira do Campo e as localidades de São Gonçalo do Bação, Pires e Boa Morte. Entre 1735 e 1740, realizaram-se no templo 46 sepultamentos. Deste total, 30 registros constituíam óbitos de escravos adultos e 3 de crianças escravas (71%); outros 11 registros condiziam ao falecimento de pessoas livres (24%) – 7 crianças e 4 adultos. Anotaram-se apenas um registro de mulher adulta livre e outro de escrava forra.⁹

A elevada presença escrava também se nota nos registros de batismo. O batizado do menino Gabriel é um exemplo. Filho natural de Antônia Crioula e apadrinhado por Manoel Crioulo e Mariana Crioula, todos escravos do tenente Manoel Gomes de Moraes, recebeu os santos óleos a 29 de maio de 1807.¹⁰ A predominância demográfica de escravos sugere que a região compunha-se de empreendimentos dotados de mão-de-obra cativa, denotando a existência de propriedades com razoável nível de capitalização.

Destaque-se que, entre julho de 1737 e fevereiro do ano seguinte, anotaram-se três assassinatos por arma de fogo na paragem de Santo Antônio do Monte. Faleceram

baleados Francisco Mendes, açoriano; João da Scota, português; e Francisco Tavares do Couto, de naturalidade desconhecida. Nenhum deles deixou testamento, por não terem nada de seu.¹¹ Os casos de assassinato ilustram o teor violento da sociedade mineradora, na qual o porte e o uso de armas de fogo constituíam hábito amplamente difundido no cotidiano turbulento das Minas. Além dos conflitos gerados pela escravidão e pela desigualdade social, a sociedade local caracterizou-se ainda pelo reforço de valores privados, tais como honra, valentia, bravura e desafio, que desembocavam no emprego da força e da violência, principalmente no campo e nas lonjuras do sertão (SILVA, 2001, p. 75-89).

Outra vertente de registros paroquiais se deu nas celebrações matrimoniais. Entre 1735 e 1759, realizaram-se oito casamentos na capela do Monte. A naturalidade dos cônjuges dividia-se entre nascidos na própria Freguesia de Cachoeira (6 pessoas, 37%); naturais do reino português (4 pessoas, 25%); escravos africanos (dois casais, 25%); e duas pessoas nativas das Freguesias de Itaubira e de Antônio Dias.¹² A percentagem indica predominância de matrimônios entre gente livre, corroborando a tese de que as uniões católicas formais apresentaram-se menos atrativas aos escravos, sobretudo se nascidos na África.

A região de Santo Antônio e do Ribeirão Sardinha preencheu-se de fazendas de cunho abastecedor. Com base nos registros paroquiais da capela de Santo Antônio do Monte é possível afiançar a existência de um significativo conjunto de fazendas e de sítios, ali instalados ainda nas primeiras décadas do período setecentista. Em especial, destacam-se duas propriedades rurais: a Fazenda do Ramires e a Fazenda do Ribeirão dos Fornos – ambas tornadas ruínas. A primeira, situada nas intermediações da capela de Santo Antônio do Monte, pertencia, *possivelmente*, a Domingos Rodrigues Ramires. A fazenda destacava-se pelo número de escravos empregados e pelas presenças de moinho e engenho (daí a denominação “Engenho do Ramires”).¹³ Atualmente, os remanescentes do Engenho do Ramires são conhecidos como ruínas do “Castelinho”.

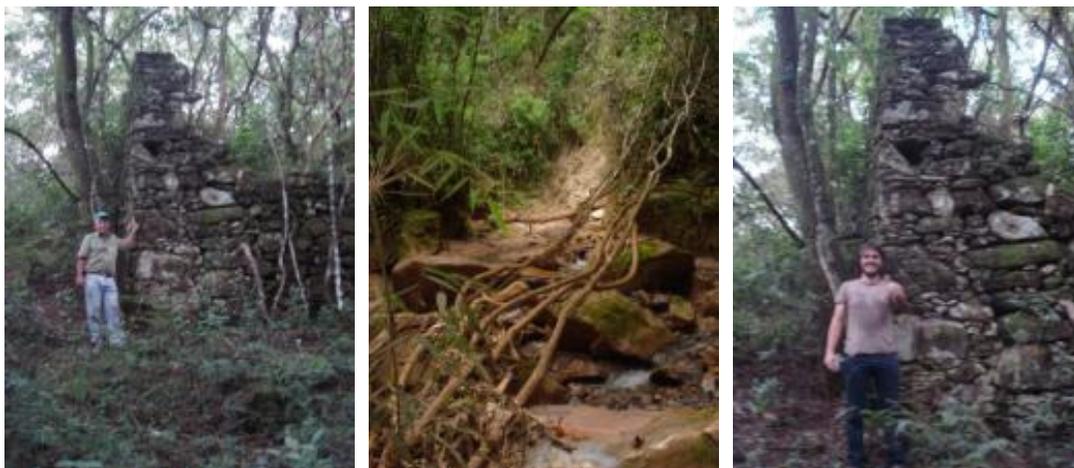
A segunda, localizada na confluência dos rios Sardinha e Ribeirão, a meio caminho entre os atuais distritos de Santo Antônio do Leite e de Engenheiro Corrêa, situava-se na paragem denominada Ribeirão dos Fornos. Sabe-se que o padre Faustino José do Vale detinha ali sesmaria, em fins do século XVIII e início do XIX.¹⁴ Este padre era irmão de outro religioso, Vidal José do Vale, que, no mesmo período, assenhoreava a Fazenda Bananal, no atual distrito de Santo Antônio do Leite. Entretanto, a paragem de Ribeirão dos Fornos possui origem ainda mais remota. A 28 de julho de 1736, registrou-se na capela de Santo Antônio do Monte o falecimento de Antônio, de nação mina, escravo de Manoel Rodrigues de Oliveira, morador no Ribeirão dos Fornos.¹⁵ Outros registros documentais se mostram ao longo do século XVIII. Em 1740, o capitão José da Costa Pereira informava à Fazenda Real

acerca de obra executada na ponte do Ribeirão dos Fornos – ponte esta ainda hoje existente.¹⁶ Já em 1798, ocorrem duas solicitações de sesmarias, uma por parte de Antônio Teixeira Chaves e outra pelo furriel Antônio Pimenta da Costa.¹⁷

Neste mesmo ano, por conta de uma devassa eclesiástica envolvendo habitantes locais, Pedro Antônio, pardo forro, oficial de ferreiro, morador no Ribeirão dos Fornos, foi acusado de manter trato ilícito com negros quilombolas. Outro morador, Luís Martins Cardoso, crioulo forro, manifestou o procedimento criminoso de um escravo de Pedro Antônio:

[...] por nome Francisco nação Angola [que] tem inteligências com os negros quilombolas do mato [...] e que se persuade também que o sobredito Pedro Antônio sabe de tudo e que dá ajuda e favor aos quilombolas, pois tem uma venda oculta de cachaça que abre e fecha quando lhe parece e consente que o seu escravo Francisco leve para o mato a cachaça em frascos e cabaças sendo certo que os ditos calhambolas cometem vários roubos [...] (ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, códice 457, auto 9669, 1º of. *apud* ROSA, 2005, p.107)

Observando-se os campos das ruínas de um ponto de vista arqueológico, é possível depreender que ambas as fazendas detinham porte de grande propriedade rural, com complexas estruturas de canalização de águas e abrigo de engenho movido à força hidráulica. É certo, também, que as propriedades tinham função agrícola e abastecedora, isto é, voltada para o atendimento do mercado, com emprego de mão-de-obra cativa e significativo valor de capital empregado.



Imagens 9, 10 e 11 - Ruínas da Fazenda do Ramires. Autoria: Tarcísio de Souza Gaspar, 2009 (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.394)



Imagens 12, 13 e 14 - Ruínas da Fazenda Ribeirão dos Fornos. A autoria: Bruno Tropia Caldas, 2009 (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.371-76).

A produção de cachaça e a criação de gado, para o fornecimento de carne e de leite, deviam constituir atividades principais. Cite-se, igualmente, que a Fazenda do Ribeirão dos Fornos detinha grande paiol, onde eram estocados gêneros (como milho, feijão, cana-de-açúcar, arroz) e frutas (como bananas, goiabas e laranjas).

Outro conjunto arqueológico importante ocorre nas extensas muradas de pedra existentes no entorno da capela de Santo Antônio do Monte. Estas muradas adquirem dois formatos: ou estendem-se retilíneas por longos territórios; ou se fecham em pequenos lotes retangulares. No primeiro caso, pode-se supor que o muro retilíneo exercesse função demarcatória, estabelecendo limites entre as sesmarias ali instaladas; no segundo caso, é possível que os lotes murados representassem um sistema interno de rodízio de pastagens, adotado na alimentação dos rebanhos de gado.



Imagem 15 - Muradas de pedra no entorno da capela de Santo Antônio do Monte. A autoria: Bruno Tropia Caldas, 2008 (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p. 386)

Observando-se o *Mappa da Comarca de Vila Rica*, elaborado por José Joaquim da Rocha, em 1779, vê-se que a região onde hoje se acha a localidade do Monte não foi assinalada com topônimo, o que indica a inexistência de povoado ou de ocupação demográfica significativa até aquele momento. É possível que as fazendas ali localizadas fossem compreendidas como parte dos campos que se estendem de Cachoeira do Campo em direção ao arraial de São Gonçalo do Bação. Entroncada no trajeto que ligava Vila Rica à porção oeste da comarca, rumo à comarca vizinha do Rio das Mortes, a paragem dedicava-se à agricultura e à pecuária de abastecimento, comercializada nos arraiais vizinhos e na sede da capitania.



Imagem 16 - Extrato do Mappa da Comarca de Vila Rica. 1779. Autoria: José Joaquim da Rocha. Destaque para a localização de Santo Antônio do Monte. (Fonte: Biblioteca Nacional. Coleção Benedito Otoni. Disponível na Internet: Endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090219.jpg. Acesso: 15 de agosto de 2010).

A proliferação das fazendas (século XIX)

No século XIX, avolumou-se o número de propriedades rurais, de teor abastecedor. Em 1798, Custódio Ferreira Pinto solicitou a concessão de carta de sesmaria na paragem de Boa Morte, a sudoeste da região de Engenheiro Corrêa.¹⁸ Outro documento, do início do século XIX, permite supor a vocação agropecuária daqueles empreendimentos. Em 1811, Antônio Alves Góes assinou uma promessa de pagamento dos dízimos, referente à sua criação de gados e miunças, que mantinha na região de Boa Vista.¹⁹ No decorrer do século XIX, a família Alves Góes irá se estabelecer em fazendas localizadas nos terrenos intermediários entre os atuais distritos de Engenheiro Corrêa e de Santo Antônio do Leite. O

fazendeiro Felício Alves Góes (1838-1929), por exemplo – cujo grau de parentesco com o criador de gados de 1811 não pôde ser estabelecido – tornou-se, durante a segunda metade do século XIX, grande terratenente das redondezas, com extensa propriedade rural, sediada na atual Fazenda Areião, sob a esfera distrital de Santo Antônio do Leite.²⁰ Após processo de divisão, compra e venda de terras, outras fazendas fixaram-se, multiplicando o número de propriedades.

Outro exemplo da proliferação de propriedades ocorre quanto à Fazenda de Santo Antônio ou do Varjão. Situada nas proximidades da capela de Santo Antônio do Monte, esta propriedade abriga em seus domínios as ruínas da antiga Fazenda do Ramires, citadas anteriormente. Embora pouco se saiba de sua trajetória ao longo dos séculos XVIII e XIX, é certo que o sítio do Varjão constituiu bem filial ou interligado àquela propriedade setecentista.



Imagem 17 - Foto via satélite da região de Santo Antônio do Monte. Autoria: Bruno Tropa Caldas. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.381)

A tipologia construtiva de sua sede é representativa da arquitetura mineira no período entre 1750-1850, com reapropriações de elementos antigos e a inserção de novos itens sociais. Destaca-se o cômodo postado na lateral da varanda, que poderia ter sido capela ou, mais certamente, quarto de abrigo para tropeiros, demonstrando uma releitura de elementos da arquitetura bandeirista ou paulista. Segundo Luis Saia, as residências coloniais de tipo bandeirista caracterizam-se-iam pelo espaço retangular, com telhado quatro

águas e telhas de canal. A planta distinguir-se-ia pela demarcação de três faixas. A primeira, de fronteira, compunha-se do quarto de hóspedes e da capela, nas duas extremidades, e de um alpendre, ao centro. A segunda avançava pelo interior do domicílio, com uma sala central e os quartos dispostos lateralmente. Por fim, aos fundos, surgia compartimento de serviço (SAIA, 1995).

Com exceção do cômodo disposto na lateral esquerda da varanda, possível capela, ausente neste caso, a edificação obedece à risca a tipologia traçada por Saia. A evolução arquitetônica do imóvel, partindo dos elementos primitivamente bandeiristas, acoplou o que seria um antigo paiol, posto ao fundo, posteriormente transformado em cozinha. A supressão da capela pode simbolizar transformação sociocultural significativa. Acrescente-se à incipiente racionalização e/ou secularização da realidade, própria do período, também a maior institucionalização da sociedade mineira a partir da segunda metade de setecentos, que tornava o recurso à capela privada procedimento relativamente anacrônico. Casas com capelas laterais ou privadas tornaram-se mais escassas ao longo do século XIX.



Imagem 18 - Fazenda Santo Antônio ou do Varjão. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.250).

Outro exemplar arquitetônico rural dotado de características semelhantes é a Fazenda Paciência, que pode, inclusive, ter tido origem no período setecentista, haja vista a coincidência de seu partido arquitetônico em formato de “L”, com paredes de pau-a-pique. O aspecto distintivo em relação à Fazenda São Antônio está na posição do “Quarto dos Tropeiros”, alocado, neste caso, à direita da varanda.



Imagem 19 - Fazenda Paciência. Óleo sobre tela. Arquivo Família Braga. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.216).

No século XIX, o aspecto rural da localidade se acentuou. Com o colapso da atividade mineradora, a partir do último quarto do século XVIII, a capitania e depois província de Minas Gerais direcionar-se-ia rapidamente para o mercado abastecedor, agrícola e pastoril. Este processo de inversão econômica foi particularmente intenso no sul da província, nas proximidades do Rio das Mortes, mas se fez sentir em todo o seu território. A região de Ouro Preto, principal área mineradora durante o setecentos, sofreu com maior contundência os abalos causados pela crise da mineração. O êxodo populacional, a pobreza e a reversão à agricultura de subsistência passaram a ser características regionais marcantes. É possível dizer que as fazendas banhadas pelo Ribeirão Sardinha, paragem onde se fixaria o futuro distrito de Engenheiro Corrêa, sofreram tais consequências depressivas. Decerto, sintomas de retração econômica se fizeram sentir nas propriedades rurais, que regrediram para períodos de manutenção ou mesmo abandono. A presença de antigas propriedades arruinadas parece confirmar esta hipótese.

Os trilhos da prosperidade (1896-1970)

A região do Ribeirão Sardinha ganhará maior desenvolvimento no final do século XIX. Em 1890, a localidade ainda constituía apenas um apêndice da Freguesia de Cachoeira do Campo, conforme relato de Manoel Ozzori constante no *Almanaque Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Literário do Município de Ouro Preto*.²¹ Mas,

alguns anos depois, os trilhos da Estação Ferroviária de Sardinha modificaram este estado de coisas. Ligada à *Estrada de Ferro Central do Brasil* (antiga *Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II*), a Estação de Sardinha fora construída durante a década de 1890, sendo inaugurada em 1896. Nos anos anteriores à inauguração da ferrovia, formara-se um pequeno povoado nas imediações, denominado povoado de São José (nomenclatura tributária da Capela de São José, localizada no lugarejo). Em 1911, entretanto, em homenagem ao engenheiro Manoel Francisco Corrêa Júnior, profissional que havia sido responsável pela construção da ferrovia, vindo a falecer pouco depois de terminá-la, a Estação Ferroviária foi rebatizada.²² O povoado logo tomará o topônimo da Estação (FORTES, 1996, p. 33-36).

A Estação de Engenheiro Corrêa inseria-se no trecho entre Miguel Burnier e Itabirito, na Linha do Centro, e servia aos distritos próximos de Amarante (atual Amarantina), Casa Branca (atual Glaura) e São Gonçalo do Bação. Os trabalhadores da ferrovia eram provenientes da própria região do Ribeirão Sardinha, e também de Itabirito, Lafaiete, Juiz de Fora e Barbacena. O trem fazia o itinerário de Engenheiro Corrêa para Itabirito, daí para Juiz de Fora, Belo Horizonte e Ponte Nova. Neste último trajeto, efetuava-se o transporte de passageiros; nos demais, apenas produtos comerciais, como leite e queijos, produzidos na região, eram levados.



Imagem 20 - Estação Ferroviária de Engenheiro Corrêa (antiga E.F. Sardinha). Primeira metade do século XX. (Fonte: www.estacoesferroviariasdobrasil.com.br. Acesso: 12 de jul. 2011)

Pode-se dizer que a Estação Ferroviária inaugura o povoado de Engenheiro Corrêa e dá início à história recente da localidade. A atual sede do distrito se desenvolveu ao redor da unidade. Por ocasião da inauguração da Estação, ocorreram grandes festejos, que prenunciavam, de certa forma, o desenvolvimento futuro (FORTES, 1996, p. 34). O povoamento se intensificou. Além dos imóveis ligados à ferrovia, várias casas do traçado urbano do distrito foram construídas no ensejo de inauguração da ferrovia. Igualmente, também algumas fazendas e sítios se estabelecem na região, depois de 1896.

Desta forma, a primeira metade do século XX assinala o período de maior progresso econômico da localidade. Foram abertos cerca de quatro armazéns comerciais. Entre estes, contavam-se a casa dos sócios José Pedrosa e José Gonçalves Pereira do Sacramento, mais conhecido como “Juquinha”; e também o armazém Braga, pertencente à família de Antônio Amâncio Braga. Por volta de 1950, a Estação oferecia cerca de oito horários de transporte de passageiros, além das linhas específicas para o transporte de cargas. A luz elétrica chegou à localidade por volta dos anos 1930, graças a uma usina hidrelétrica própria, instalada por Antônio Braga, fazendeiro e comerciante local. Um telefone telégrafo instalava-se na Estação; e uma estrada de rodagem para automóveis fora aberta na mesma época. Devido ao crescimento urbano considerável (em 1930, instala-se o primeiro cartório do povoado), em 1953, o lugar foi elevado à categoria de distrito, pela Lei Municipal n° 1039, de 12 de dezembro daquele ano (FORTES, 1996, p. 35). O mercado gerado pela Estação fizera desenvolver-se, inclusive, um inusitado setor de manufaturas caseiras, com a fabricação de fumo de rolo, de celas, sapatos e chinelos.



Imagem 21 - Pintura a óleo de autoria de Raquel Braga, representando o casario da rua Vereador Hélio Ferreira, via principal do traçado urbano do distrito de Engenheiro Corrêa. Destaque-se a

bomba de combustível, alocada à frente do armazém pertencente à família Braga. (Fonte: PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.101)

O relato de José Alexandre Ferreira, morador nativo, expressa um panorama do movimentado ambiente do distrito:

Os trens cruzavam a estação. Traziam e levavam gente; leite, ovos e frutas, que aqui se produziam, eram levados para Ouro Preto, Raposos, Itabirito e Belo Horizonte. A toda passagem de trem lá estava presente o cafezinho quente do sr. Antônio Aprígio. [...] À noite quando às 7:40, os trens novamente cruzavam a estação, lá estavam os jovens passeando, divertindo e namorando ao cheiro gostoso do jardim da estação e das 'Damas da Noite' na casa de D. Carlota.[...] Os trens passavam e para isto era preciso a ação dos chefes comandantes da estação. Eles marcaram parte desta história e lembrando nomes de sr. Cruz, Ismael, Norival, Zé Dias e Jair Teixeira estaremos homenageando todos que por aqui viveram. Era nestes trens que toda a correspondência aqui chegava e sob o comando da d. Nininha a população sempre às 8 horas da manhã se reunia ao lado do correio para, através de jornais e cartas, se comunicarem com o mundo. (FERREIRA, 1979).

Os trilhos da decadência (1970 - atual)

Desde a sua fundação, em 1896, a Estação Ferroviária de Engenheiro Corrêa transformou-se no principal móvel econômico do distrito. A movimentação de cargas e de pessoas oferecia oportunidades comerciais. Os sítios e fazendas escoavam suas produções para outras cidades, de forma rápida e barata. Este dinamismo econômico ocasionou a formação de um núcleo populacional importante, ossatura de um traçado urbano.

Entretanto, a crise enfrentada pelo setor de transporte ferroviário no Brasil, durante a segunda metade do século XX, viria a descarrilar as promessas de desenvolvimento econômico de Engenheiro Corrêa. Após um longo período de sobrevivência, a Estação Ferroviária local foi finalmente desativada, em 1997. Depois disto, a localidade entrou em depressão econômica. Várias produções agrícolas, antes comercializadas, perderam vazão. Algumas casas do traçado urbano foram abandonadas e uma perda demográfica se fez sentir em todo o distrito. As fazendas, outrora voltadas à produção para o mercado, retrocederam à agricultura de subsistência ou tornaram-se sítios de veraneio. Atualmente, a situação socioeconômica do distrito é precária. Com um traçado urbano reduzido, população pouca e carente de alternativas econômicas, o distrito de Engenheiro Corrêa oferece uma vida pacata e bucólica.



Imagens 22, 23, 24 e 25 - Estação desativada de Engenheiro Corrêa, sob processo de arruinação. Autoria: Bruno Tropia, 2009. (Fonte PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, p.60-63).

Segundo o censo de 2001, a população alcançava 392 pessoas residentes, com 104 moradores na zona rural e 288 junto ao traçado urbano. Existiam 108 domicílios, 20 deles rurais e 88 na *urbe*. A atividade agropastoril mantém-se como principal ocupação econômica.

Recentemente, despontou nova promessa de desenvolvimento econômico. A empresa mineradora BHP Brasil, ligada ao grupo multinacional BHP Billington, após descobrir jazidas de ferro incrustadas em terrenos próximos à capela de Santo Antônio do Monte, pretende estabelecer, ali, mina exploratória. O empreendimento desperta polêmica junto aos moradores locais e às autoridades envolvidas. De um lado, existe a possibilidade de abertura de novos postos de trabalho e do surgimento de novas oportunidades econômicas para os habitantes locais. De outro, temem-se as consequências negativas que poderiam advir da atividade mineradora, tais como a destruição do Patrimônio Cultural e Ambiental, os danos ambientais e, principalmente, o ônus social gerado pelo espólio e pela má distribuição dos recursos econômicos, em geral atrelados a empreendimentos

congêneres, cujos resultados são bem presentes na realidade atual da cidade de Ouro Preto e de alguns de seus distritos, detentores de negócios mineradores.

Conclusão

A história de Santo Antônio do Monte e do distrito de Engenheiro Corrêa tem muitos pontos em comum com as demais localidades rurais de Ouro Preto. Surgidas no século XVIII, como resultantes da ocupação demográfica ligada ao *rush* do ouro, estas povoações marcavam-se no referencial religioso de capelas e apoiavam-se economicamente no mercado abastecedor e exploratório, com propriedades agrícolas e mineradoras detentoras de mão-de-obra escrava. No século XIX, talvez chacoalhadas pela redefinição material das Minas, voltaram-se uniformemente para o mercado abastecedor, mas sem o esplendor de outrora. Daí o arruinamento de inúmeros casarões coloniais e a multiplicação de pequenos empreendimentos agrícolas mais ou menos rentáveis, portadores de rala mão-de-obra escrava.

No século XX, novas ferramentas tecnológicas, como a ferrovia ou posteriormente as estradas de rodagem para automóveis, trouxeram oportunidades econômicas e culturais diversas das originais. No caso de Engenheiro Corrêa, o caminho de ferro servirá de referencial para a instalação de um núcleo urbano incipiente, que oscilava conforme as flutuações regionais do mercado de gêneros agrícolas, escoados por meio da Estação. A transformação de hábitos sociais e culturais, a instalação de equipamentos urbanos modernos, como luz elétrica, cartório de registro de imóveis e posto fornecedor de combustível, assim como o aparecimento de empreendimentos comerciais tipicamente urbanos, como armazéns e manufaturas, demonstram a ruptura histórica ocasionada pela introdução, aos solavancos, do capitalismo no interior do Brasil, inclusive nas zonas rurais.

Entretanto, o fechamento da Estação de Engenheiro Corrêa, acompanhando a crise do transporte ferroviário brasileiro, explicitou as contradições do processo de modernização. Atualmente, são dúbias as perspectivas de futuro para os habitantes do distrito, divididas entre a manutenção de uma realidade pacata e bucólica, alheia aos circuitos comerciais e turísticos polarizados em Ouro Preto, e a inserção em novas aventuras econômicas e sociais, como a mineração industrial.

Em meio a tais desafios está a compreensão do valor e do significado do Patrimônio Cultural e Ambiental de Engenheiro Corrêa. O reconhecimento tímido, inclusive por parte de seus habitantes, da riqueza histórica, da beleza paisagística e dos recursos naturais ali disponíveis, tem levado à perda de elementos importantes da memória local. Decerto, a ignorância quanto à história da capela de Santo Antônio chama, neste sentido, atenção. Ao contrário do que acontece em outros distritos de Ouro Preto, onde a história dos templos

religiosos ocupa lugar de destaque nas narrativas memorialísticas locais, em Engenheiro Corrêa pouco se diz e pouco se sabe sobre a trajetória da capela do Monte, mais antiga que o próprio povoado. Esta lacuna memorialística tem se desdobrado no descuido quanto à preservação de outros bens culturais importantes, como se mostra sintomaticamente no arruinamento avançado da Estação Ferroviária.

Aproveitando-se do mercado já constituído em torno de Ouro Preto, uma alternativa econômica potencialmente sustentável seria a utilização turística do acervo patrimonial de Engenheiro Corrêa, cuja originalidade reside na junção das dimensões paisagística e histórica. Entretanto, até agora, pouco se fez neste sentido. Aparentemente, o distrito permanece desprovido da estrutura básica necessária à implantação de negócio turístico, na ausência de rede hoteleira, que se soma às dificuldades de acesso à região, realizado mediante estradas não pavimentadas, por vezes intransitáveis. Neste caso, uma capela originária dos primeiros tempos de Minas, outras fazendas, ruínas e paisagens *sui generis* que compõem o cenário deste obscuro povoado mantêm-se esquecidas por entre os labirintos da memória e da história.

Recebido em 13/7/2011

Aprovado em 4/11/2011

NOTAS

¹ No trabalho que deu origem a este artigo tive a colaboração dos ex-colegas da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Ouro Preto. Agradeço, especialmente, a Bruno Tropic Caldas e a Greiza Tavares, pelo compartilhamento das atividades de pesquisa e de produção.

² Na verdade, a Lei *Robin Hood* é resultado de três textos legislativos aprovados na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: a Lei nº 12.040, de dezembro de 1995, a Lei nº 12.428, publicada um ano depois da primeira; e, em 2001, entrou em vigor a última versão – a Lei nº 13.803, de dezembro de 2000.

³ A equipe contava com o arquiteto/urbanista Bruno Tropic Caldas, a pesquisadora assistente Greiza Tavares, então graduanda em história pela Universidade Federal de Ouro Preto, e o próprio autor.

⁴ PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina*. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1 v., 584 p; PREFEITURA Municipal de Ouro Preto *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santo Antônio do Leite*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 2v. 684 p.; PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 415 p; PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santa Rita de Ouro Preto*. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009, 1v., 449 p.

⁵ LIVRO de óbitos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 16 fl. 22.

⁶ LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 7 fl. 1.

⁷ LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 9 fl. 12.

⁸ É possível dizer que o apego à exterioridade cênica constitui, até hoje, um dos mais importantes elementos das religiosidades existentes no Brasil. Em certo sentido, esta persistência demonstra o

fracasso, entre nós, do ideal *tridentino* de piedade popular, que apreçoava a prática interiorizada da religião, como forma de elevação espiritual e moral. Veja-se: NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

⁹ LIVRO de óbitos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 16, *passim*.

¹⁰ LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo) AEAM, prateleira AA, n. 10 fl. 3.

¹¹ LIVRO de óbitos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 16, fls. 35 e 36v.

¹² AEAM – Prateleira AA, n. 13 CASAMENTOS (Cachoeira do Campo), *passim*.

¹³ São algumas as menções feitas acerca da Fazenda do Ramires nos documentos paroquiais da capela de Santo Antônio do Monte. A 18 de agosto de 1735, por exemplo, registrou-se o óbito de José, escravo de João Teixeira, “do engenho do Ramires”. A 21 de maio de 1736, falecia Francisco, escravo da Fazenda do Ramires. A 29 de fevereiro de 1736 ocorre o sepultamento de Ignácio, escravo de Manoel de Freitas, morador na mesma Fazenda. E, a 14 de novembro de 1736 e a 15 de setembro de 1737, realizaram-se, respectivamente, os óbitos de Paulo e de Vicente, ambos escravos de Domingos Rodrigues Ramires, possivelmente o proprietário da fazenda. AEAM, Livro de Óbitos, Cachoeira do Campo, prateleira AA, n. 16, fls. 32-35.

¹⁴ ATESTADO do vigário Faustino José do Vale sobre a confirmação da criação da exposta Quitéria por Feliciano de Siqueira APM, CC - Cx. 134 – 21134; ATESTADO do vigário Faustino José do Vale para Jerônimo Pimenta da Costa sobre a criação da exposta Francisca. APM, CC cx. 139- 21227, rolo 542. REQUERIMENTO do Padre Faustino José Vale sobre a concessão de carta de sesmaria no arraial das Bandeiras e Ribeirão dos Fornos. APM, CC cx. 148 – 21408, rolo 545. REQUERIMENTO pedindo a confirmação de carta de sesmaria. 30 de janeiro de 1800. AHU, ACL, CU 011, Cx.152, 9233. BILHETE de ordem de confirmação de ordem de sesmaria. 03 de abril de 1804. AHU, ACL, CU 011, Cx.152, 9275.

¹⁵ AEAM, prateleira AA, n. 16, Livro de óbitos (Cachoeira do Campo), fl. 27v.

¹⁶ REQUERIMENTO do capitão Joseph da Costa Pereira sobre a obra da ponte do Ribeirão dos Fornos. APM, CC - Cx. 135 – 21142, rolo 540.

¹⁷ REQUERIMENTO do furriel Antônio Pimenta da Costa sobre a concessão de carta de sesmaria na paragem do Cumbé e Ribeirão dos Forros. APM, CC - Cx. 149 – 21433, rolo 545; REQUERIMENTO de Antônio Teixeira Chaves sobre a concessão de sesmaria na freguesia de Cachoeira do Campo, paragem de Ribeirão dos Fornos. APM, CC cx. 72 – 30791, rolo 522.

¹⁸ REQUERIMENTO de Custódio Ferreira Pinto sobre a concessão de carta de sesmaria na paragem da Boa Morte, freguesia de Congonhas do Campo. APM, CC Cx. 145 – 21348.

¹⁹ PROMESSA de pagamento feita por Antônio Alves Gois ao administrador Joaquim de Freitas referente a dívidas de criação e miunças. APM, CC Cx. 41 – 30169. PROMESSA de pagamento dos dívidas feito por Antônio Alves Gois ao furriel Joaquim de Freitas referente às criações. APM, CC Cx. 4130165.

²⁰ O túmulo de Felício Alves Góis está localizado no cemitério de Santo Antônio do Leite. Sua lápide traz a data de nascimento e de morte. Felício Alves Góis residiu na Fazenda Areião, pertencente à esfera distrital de Santo Antônio do Leite. Veja-se *Inventário do Distrito de Santo Antônio do Leite*. Ouro Preto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2009.

²¹ Manoel OZZORI. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Literário do Município de Ouro Preto*. Ouro Preto: Typographia da Ordem, 1890.

²² Segundo relato mimeografado de autoria José Alexandre Ferreira, escrito em 1979, existente no Cartório de Paz do distrito de Engenheiro Corrêa, a morte do funcionário ocorreu quando este cumpria “suas funções de vistoria à recém inaugurada estrada [de ferro] que por aqui passava, usando como meio de transporte a então famosa ‘gasolina’, isto é, um pequeno veículo cuja velocidade provocava pavor entre os habitantes, num golpe de fatalidade, tombou e o eficiente profissional morreu dramaticamente em uma curva da estrada pouco abaixo do trecho onde existia a presença de três cedros plantados. Homenagem justa foi feita mudando[-se] o nome da Estação do Sardinha para estação de Engenheiro Corrêa”. FERREIRA, José Alexandre. “História de Engenheiro Corrêa”. Arquivo de Paz de Engenheiro Corrêa. Exemplar mimeografado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Conversão do sertão: capelas e a *governamentalidade* nas Minas Gerais. *Varia História*, v. 23, p. 151-166, 2007.

ATESTADO do vigário Faustino José do Vale sobre a confirmação da criação da exposta Quitéria por Feliciano de Siqueira APM, CC - Cx. 134 – 21134.

ATESTADO do vigário Faustino José do Vale para Jerônimo Pimenta da Costa sobre a criação da exposta Francisca. APM, CC - Cx. 139- 21227, rolo 542.

BILHETE de ordem de confirmação de ordem de sesmaria. 03 de abril de 1804. AHU, ACL, CU 011, Cx.152, 9275.

BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; SOUZA, Nícia Raies Moreira de. “A descentralização das ações na área do Patrimônio Cultural: o impacto da Lei Robin Hood nos municípios mineiros.” *XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Artigo disponível na internet. Endereço eletrônico: www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A013.pdf. Acesso: 15 de julho de 2010.

BO, João Batista Lanari. *Proteção do Patrimônio na Unesco: ações e significados*. Brasília: Unesco, 2003. 186 p.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 345 p.

FERREIRA, José Alexandre. História de Engenheiro Corrêa. Arquivo de Paz de Engenheiro Corrêa. Exemplar mimeografado, 1979. 8 p.

FORTES, Solange. *Ouro Preto conta Ouro Preto*. Tradições da terra do ouro. Ouro Preto: Escola Estadual Dom Pedro II, 1996. 81 p.

GASPAR, Tarcísio de Souza. O Arraial de São Gonçalo do Tijuco: história, memória e patrimônio do distrito de Amarantina em Ouro Preto. *Cadernos de Pesquisa do Cdhis*, v. 23, n. 1, p. 41-69, 2010.

LE GOFF, Jacques. “Memória” e “Documento/monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 95-106 p.

_____. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 318 p.

LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 7.

LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 9.

LIVRO de batismos (Cachoeira do Campo) AEAM, prateleira AA, n. 10.

LIVRO de Casamentos (Cachoeira do Campo) AEAM, prateleira AA, n. 13.

LIVRO de óbitos (Cachoeira do Campo). AEAM, prateleira AA, n. 16.

OZZORI, Manoel. Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial, Científico e Literário do Município de Ouro Preto. Ouro Preto: Typographia da Ordem, 1890. 254 p.

PELEGRINI, Sandra C. A. O Patrimônio Cultural no Discurso e na Lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*, v. 2, n. 2, p. 61-84, 2006.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Amarantina. Ouro Preto: SMPDU, 2009. 1 v., 584 p.

_____. Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santo Antônio do Leite. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009. 2v. 684 p.

_____. Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito Engenheiro Corrêa. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009. 1v., 415 p.

_____. Inventário dos Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Cultural do Distrito de Santa Rita de Ouro Preto. 1ª ed. Ouro Preto: SMPDU, 2009. 1v., 449 p.

PROMESSA de pagamento feita por Antônio Alves Gois ao administrador Joaquim de Freitas referente a dízimos de criação e miunças. APM, CC Cx. 41 – 30169.

PROMESSA de pagamento dos dízimos feito por Antônio Alves Gois ao furriel Joaquim de Freitas referente às criações. APM, CC Cx. 4130165.

REQUERIMENTO do Padre Faustino José Vale sobre a concessão de carta de sesmaria no arraial das Bandeiras e Ribeirão dos Fornos. APM, CC cx. 148 – 21408, rolo 545.

REQUERIMENTO pedindo a confirmação de carta de sesmaria. 30 de janeiro de 1800. AHU, ACL, CU 011, Cx.152, 9233.

REQUERIMENTO do capitão Joseph da Costa Pereira sobre a obra da ponte do Ribeirão dos Fornos. APM, CC - Cx. 135 – 21142, rolo 540.

REQUERIMENTO do furriel Antônio Pimenta da Costa sobre a concessão de carta de sesmaria na paragem do Cumbé e Ribeirão dos Forros. APM, CC - Cx. 149 – 21433, rolo 545;

REQUERIMENTO de Antônio Teixeira Chaves sobre a concessão de sesmaria na freguesia de Cachoeira do Campo, paragem de Ribeirão dos Fornos. APM, CC cx. 72 – 30791, rolo 522.

ROSA, Maria Cristina. *Da pluralidade dos corpos: educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica*. Unicamp/Faculdade de Educação, 2005. Tese de Doutorado. 271 p.

SAIA, Luís. *A Casa Bandeirista – uma interpretação*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1995. 19 p.

SILVA, Célia Nonata da. Homens Valentes: delimitação dos 'territórios de mando' nas Minas setecentistas. *Vária História*, n. 24, p. 75-89, 2001.

TOJI, Simoni. Patrimônio Imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. *Patrimônio e Memória*, v. 5, n.2, p. 11-26, 2009.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. 380 p.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, v.12, n. 1, p. 237-248, 2006.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antônio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.). *História de Portugal*. V. 4. Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1993. p. 169-182.